

## Conflitos e Lutas Sociais na Região de Campos dos Goytacazes no Século XXI – considerações preliminares

Érica Terezinha Vieira de Almeida<sup>1</sup>

ST4. Reorganização do território regional: a rede urbana, as mudanças na hierarquia e na estrutura interna às cidades. Infraestrutura logística e seu papel nas mudanças territoriais.

**Resumo:** A partir de pesquisa sobre manifestações coletivas e resistências de grupos sociais em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ, entre 2000 e 2017, o artigo apresenta uma reflexão acerca do processo de modernização da região, destacando os conflitos, seus móveis e as forças sociais em disputa. Ao recuperar o processo de modernização de Campos, caracterizado pela expropriação dos trabalhadores do campo e, mais recentemente, pela expropriação da terra, do trabalho, dos direitos e, ainda, de uma existência ambientalmente sustentável, considerando os impactos socioambientais dos Grandes Investimentos na Região, o artigo expõe os conflitos de interesse do projeto de desenvolvimento vigente, contribuindo para a sua desnaturalização e problematização.

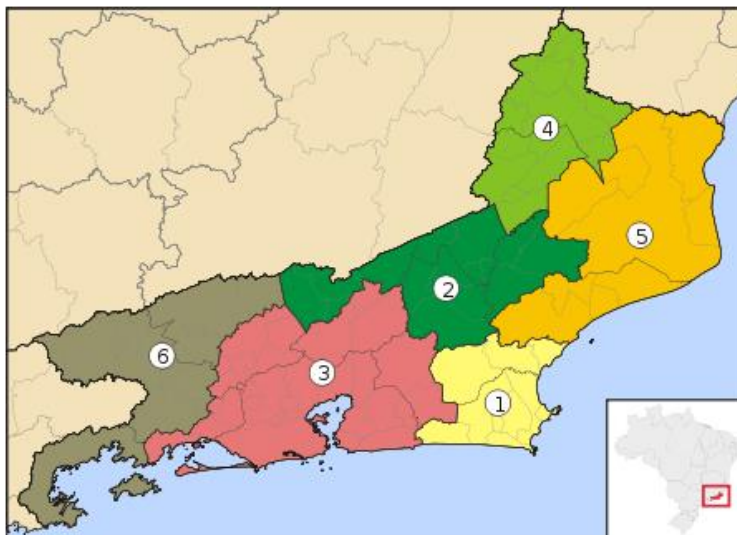
**Palavras-chaves:** Ações coletivas. Conflitos. Grandes Investimentos. Região Norte Fluminense. Resistências.

---

<sup>1</sup>Assistente Social, Doutora em Serviço Social e Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da UFF- Campos dos Goytacazes/RJ. Coordenadora do NETRAD e da Pesquisa que dá origem a este artigo, intitulada “Trabalho, precarização e resistência na periferia do capitalismo – a Região Norte Fluminense como cenário.

## Breve Apresentação

Mapa 1. Estado do Rio de Janeiro e suas Mesorregiões



Fonte: Wikipédia. 1. Baixadas Litorâneas 2. Centro Fluminense 3. Metropolitana do Rio de Janeiro 4. Noroeste Fluminense 5. Norte Fluminense 6. Sul Fluminense

Este artigo é fruto de reflexões iniciadas em 2017<sup>2</sup> e tem como foco os conflitos, as lutas sociais e seus sujeitos políticos nas Regiões Norte (RNF) e Noroeste Fluminense (RNOF). Todavia como se trata de uma pesquisa hemerográfica realizada no *Jornal Folha da Manhã*<sup>3</sup>, no período de 2000 a 2017, a pesquisa tem como referência espacial os municípios identificados pelo referido jornal. Sendo assim, no que se refere à RNF, o jornal apresenta uma cobertura de quase toda a região, com exceção dos municípios de Quissamã e Cardoso Moreira. Já com relação à RNOF, o jornal só apresenta notícias relativas a conflitos em dois municípios desta região, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana.

Embora o estudo da dinâmica regional, com destaque para os atores institucionais e suas práticas políticas em torno da construção da sua hegemonia, ou, nas palavras de Oliveira (1987)<sup>4</sup>, do “fechamento” da Região Norte Fluminense, tenha sido objeto de CRUZ (2003) referente ao período de 1970 a 2000, ele continua relevante, sobretudo, no que se refere à problematização da sua atual forma de

<sup>2</sup>A pesquisa conta com o apoio da FAPERJ e da UFF/PIBIC na forma de bolsa de Iniciação Científica.

<sup>3</sup>Criado em 1978, o *Jornal Folha da Manhã* é um veículo de comunicação que tem sede no município de Campos dos Goytacazes, mas possui circulação regional. Nesse sentido, cabe salientar que os conflitos registrados e analisados serão aqueles disponibilizados pelo veículo de comunicação e coletados por meio da pesquisa hemerográfica no período de 2000 -2012, para este artigo.

<sup>4</sup>OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

integração à economia mundial, sob a égide do capital financeiro. Para Harvey, o que caracteriza o novo padrão de acumulação por espoliação é o avanço de um conjunto articulado de expropriações (terra, trabalho e direitos), intensificado no modelo capitalista vigente, comandado pelos fundos de investimento, principais agentes das novas estratégias de valorização do imperialismo (2013). Não é por acaso que “a relação orgânica entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2013, p.118). Além desse enfoque, pretende-se construir uma abordagem da região<sup>5</sup> com foco em Campos dos Goytacazes, que articule economia, política e cultura no processo de construção da hegemonia local e regional, privilegiando os conflitos, os sujeitos e as lutas sociais experimentados no início do século XXI.

Para tal, serão problematizados alguns elementos introdutórios revelados pela pesquisa sobre os conflitos e as ações coletivas nas respectivas regiões, com destaque para o município de Campos e São João da Barra, considerando os conflitos fundiários e em torno da sua função social, em virtude dos Grandes Investimentos (GIs) na RNF, em especial em Campos e São João da Barra.

O mapeamento inicial das manifestações coletivas bem como a sua classificação e problematização tem como objetivo inicial a construção de uma análise com ênfase nos conflitos e nas respostas (espontâneas ou organizadas) construídas pelos sujeitos de modo coletivo como respostas políticas ao avanço do processo de valorização na Região e, portanto, de mercantilização da terra, dos recursos naturais e dos direitos, sustentados na ação das grandes corporações e fundos de investimentos e de pensão e do Estado, em suas diferentes instâncias.

De modo introdutório, a pesquisa tem revelado que as lutas sociais e seus objetos nem sempre respondem diretamente à dinâmica imposta pelo contexto de avanço da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2013) e de mercantilização dos direitos, marcado pelas expropriações contemporâneas (MOTA, 2017). Embora grande parte das manifestações esteja articulada à nova dinâmica territorial redesenhada pela presença do capital transnacional na escala local e regional, ela aparece mediada pelos atores locais, responsáveis por fazer a

---

<sup>5</sup>A Região Norte Fluminense é formada pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, São Fidelis, Conceição de Macabu, São Francisco do Itabapoana e Cardoso Moreira.

articulação dos seus interesses (econômicos e políticos) com os projetos de escalas mais amplas (nacionais e supranacionais). Nesse sentido, é preciso considerar as particularidades históricas do município em torno da monocultura da cana-de-açúcar e da hegemonia político-cultural das elites agroindustriais e, também, a cultura do clientelismo como prática social central na reprodução social dos trabalhadores mais empobrecidos, historicamente validada e culturalmente aceita por uma grande parte da classe trabalhadora.

De modo geral, a pesquisa hemerográfica demonstra uma intensa mobilização em torno das pautas sindicais por reajuste salarial e contra as formas de precarização do trabalho, em especial contra o crescente processo de terceirização nos setores públicos e privados; as lutas pelo direito ao trabalho em virtude do crescente desemprego no país e nos municípios da região bem como aquelas vinculadas aos cortes no financiamento das políticas públicas, em especial da educação, nos três níveis de governo. Além destas, aparecem manifestações coletivas vinculadas ao processo de reprodução social na cidade, com destaque para as lutas pelos direitos sociais como o direito ao transporte público, à educação, à saúde, ao saneamento e à moradia, acrescidas pelas manifestações e pelos protestos contra a insegurança e a violência. Essas últimas são protagonizadas, majoritariamente, pelos sujeitos das periferias urbanas, especialmente, nos municípios de Campos e Macaé.

### **A Modernização Conservadora em Campos dos Goytacazes – expropriação e segregação socioespacial - alguns antecedentes**

Mapa 2. Região Norte Fluminense – Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Wikipédia

A mesorregião político-administrativa Norte Fluminense (RNF) compreende, atualmente, nove municípios, conforme o mapa 2. Conhecida historicamente pela monocultura da cana-de-açúcar (desde o século XVII) e, mais tarde, pela produção de açúcar e álcool, até o final da década de 80, a RNF foi profundamente marcada pelo monopólio da ação política das elites locais junto às Instituições do Estado. O município mais importante da RNF, Campos dos Goytacazes, atualmente com uma população de 490.288 habitantes (projeção para 2017), voltaria à cena nacional com a descoberta e exploração de petróleo e gás em águas profundas, a partir de 1978, na Bacia de Campos e, juntamente com outros municípios produtores, pelo recebimento de royalties, aos quais vieram se somar, a partir de 1998, as participações especiais, pagas sobre a produtividade dos poços mais rentáveis. Mais recentemente, na primeira década do novo século, o município encara o declínio definitivo e a perda da centralidade do setor sucroalcooleiro, que se arrastava desde os anos 1990, e experimenta a introdução de outras atividades econômicas.

O processo de modernização do município de Campos tem início nos primeiros anos do século passado com a transformação dos primeiros engenhos de açúcar em usinas movidas a vapor. O avanço das forças produtivas seria acompanhado, por sua vez, pelas novas relações de trabalho instituídas pela abolição da escravidão, com a contratação de trabalhadores, na forma de parceiros, colonos, campeiros e moradores, em sua maioria, negros libertos e trabalhadores pobres oriundos do estado do Ceará<sup>6</sup>. Essas relações caracterizaram o processo produtivo na cana, na Região Norte Fluminense, até os anos de 1950<sup>7</sup>, quando acontece um segundo surto de modernização do campo. Esse contexto caracteriza-se pela introdução de algumas tecnologias no processo produtivo, em particular, com a introdução dos tratores e caminhões substituindo força de trabalho e a tração animal, impulsionando o processo de expulsão do trabalhador – morador das fazendas. Para CRUZ (1992), esse novo ciclo de expropriação de campo, iniciado

---

<sup>6</sup> Ver: RIBEIRO, R. O negro e seu mundo: vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). Campos dos Goytacazes. *Dissertação de Mestrado*, UENF, 2012.

<sup>7</sup> Até a divisão político-administrativa da Região Norte Fluminense em Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em 1987, a Região Norte era formada pelos seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Conceição de Macabu, Macaé, Itaperuna, Laje do Muriaé, São Fidélis, Miracema, São João da Barra, Natividade, Porciúncula e Santo Antônio de Pádua.

nos anos de 1950 e intensificado nas décadas seguintes, foi reforçado pelas mudanças nas relações de trabalho, pela redução das atividades de colonato e parceria, pela perda da moradia e gradativo predomínio e generalização das relações assalariadas.

A maior parte desta mão de obra volante é oriunda dos processos de expropriação da classe trabalhadora. Esse processo, de (des) territorialização dos trabalhadores rurais e de sua (re) territorialização no meio urbano, representou uma nova experiência para a classe trabalhadora oriunda do campo que inclui a sua imersão em áreas de ocupação (as favelas), a autoconstrução, a ocupação em atividades ligadas à construção civil e à serventia doméstica e a aproximação com uma nova sociabilidade, pautada em novas experiências e, por conseguinte, novos valores, novas representações e sociabilidades. A combinação da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira local foi decisiva para o agravamento do desemprego no campo e na cidade. “No caso de Campos, embora a grande maioria dos trabalhadores rurais já não residisse mais nas fazendas, o fechamento das usinas provocou um forte desemprego entre os trabalhadores pauperizados e de menor escolaridade” (ALMEIDA, 2017, p. 221). O fim da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964 e da estrutura política, institucional e financeira que sustentava o fechamento político do Norte Fluminense, o predomínio do capital paulista juntamente com o capital de outras regiões, na aquisição de usinas, descortinou uma região de população pobre e pouco dinâmica em termos da geração, acesso e distribuição de emprego e renda. Cabe destacar que a crise do setor sucroalcooleiro da RNF tem uma profunda relação com o processo de redemocratização política do País, inicialmente e, depois, com a implementação da agenda neoliberal em detrimento do Estado intervencionista que sempre socorria o setor (CRUZ, 2003).

“A produção de cana e açúcar, ao final da década de 1990, realizada, agora, em usinas altamente tecnificadas, passou a ser metade da do auge, nos anos 80 [...]. O emprego no setor caiu, entre meados de 1980 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000 trabalhadores” (CRUZ, 2003).

Concomitante a este processo de “crise” do setor sucroalcooleiro local, o recrudescimento do desemprego e da precarização do trabalho durante toda a década de 1990 pressionou os trabalhadores a buscarem alternativas ao desemprego e à insuficiência de renda, muitas delas reconhecidas como

“estratégias de sobrevivência”, uma vez que não tinham como ser absorvidos pela indústria petrolífera. Segundo Cruz (1992), apenas duas atividades vão absorver, em grande parte, os chamados “deserdados da cana” - as cerâmicas (olarias) da Região da Baixada Campista e os assentamentos de Reforma Agrária. Os demais serão incluídos, de forma precária e desprotegida, em atividades como a construção civil, os serviços domésticos, a catação de reciclados e o comércio ambulante, dentre outros de menor importância.

Para além desses segmentos, o município vai observar um crescimento no setor de educação superior e de qualificação profissional em função das atividades ligadas ao setor de petróleo e gás e, também, nos serviços privados de saúde. No campo, destaca-se a continuidade da cana com menor relevância e a expansão da pecuária de corte, atividades concentradoras de renda e de terra e contra as quais insurgirá o movimento por reforma agrária.

Deu-se início a um período, que vai de 1996 a 2006 de intensos conflitos pela terra e a abertura de várias frentes de ocupação de fazendas e terras abandonadas e improdutivas das usinas, protagonizadas pelo MST (Movimento Sem Terra), num primeiro momento e pela FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura), posteriormente juntamente da organização, mobilização e agregação de trabalhadores rurais e precarizados variados da cidade, assalariados, moradores de periferia, ex-colonos e trabalhadores temporários (BARCELOS, 2015).

Ao mesmo tempo, sob o comando de Garotinho, o município vê crescer significativamente o seu orçamento, sobretudo a partir de 1998, em função das chamadas rendas petrolíferas (*royalties*), na sua primeira fase.<sup>8</sup> O crescimento dos orçamentos dos municípios produtores de petróleo, principalmente no município de Campos, vai reforçar a cultura política clientelista tradicionalmente praticada pelos políticos locais e regionais, recriando a figura dos “coronéis”, hoje representada pelo poder conferido aos prefeitos. Estes adquirem capacidade econômica e política não só para fazer intervenções na vida da cidade e, em especial, na vida cotidiana das classes subalternas, seja com programas de moradia popular e de infraestrutura em geral, seja com programas de transferência de renda, subsídios na passagem urbana e obras de saneamento, construção de hospitais, dentre outras obras de valorização do espaço urbano, mas para propor alianças importantes com o setor privado, em especial os setores agropecuários e da construção civil. Uma clara demonstração da atualidade das associações entre o arcaico e o moderno.

---

<sup>8</sup>A Lei do Petróleo (de 1997), que acabou com o monopólio da Petrobras na E&P, aumentou as alíquotas correspondentes aos *royalties* e criou as participações especiais. Desde 1998, mais de 30 bilhões de reais foram repassados a esses municípios e, alguns deles, chegaram a figurar entre os maiores PIBs (total e *per capita*) do país.

## ***Os conflitos e as resistências na Região de Campos dos Goytacazes – as primeiras décadas do século XXI***

A pesquisa hemerográfica que dá sustentação às reflexões deste artigo foi realizada no Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho no período compreendido entre setembro de 2017 e maio de 2018. A base desta pesquisa, conforme já foi mencionado, foi o Jornal Folha da Manhã (JFM), em virtude da sua permanência até os dias atuais e, também, por constituir-se em um jornal de circulação regional. Além disso, embora um importante veículo de comunicação no processo de “fechamento” da região pelas elites agroindustriais, nos anos de 1970 a 1990 (CRUZ, 2003), e de assumir uma posição contrária à Reforma Agrária, nos anos de 1990 em diante e, mais recentemente, por constituir-se num aparelho privado de hegemonia dos GIs em Campos e na RNF, à falta de opção, já que o outro jornal local e de alcance regional, O Diário NF, pertence ao grupo político do ex-prefeito e ex-governador Anthony Garotinho. Como se trata de uma fonte de informação para o mapeamento das notícias relativas às manifestações coletivas e aos protestos públicos, às paralisações, às greves e ocupações de terra dentre outras, a direção política do jornal não representou um problema para a pesquisa em tela.

De modo geral, o que será apresentado como resultado da pesquisa são informações preliminares e algumas breves considerações introdutórias referentes aos protestos e manifestações coletivas<sup>9</sup> de diferentes sujeitos políticos nos municípios que integram a RNF e RNOF, que contaram com a cobertura jornalística do jornal em tela no período apresentado. Cabe registrar também que não será priorizado o número/percentual de ocorrência das manifestações, mas o seu comparecimento na cena pública. São muitos e diversos os sujeitos coletivos, os modos de se apresentar no espaço público assim como as suas reivindicações. E mais, as ações coletivas podem expressar demandas articuladas em nível estadual e nacional, como as mobilizações sindicais dos servidores públicos, bancários e

---

<sup>9</sup>De modo geral e sem entrar na complexidade e na polêmica que o conceito evoca, entende-se que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, vol. 5, nº1, p 11-40, jan./jun.2000).



petroleiros, por exemplo, como aquelas referentes às particularidades da dinâmica capitalista no contexto local e regional, conforme apresenta o presente artigo.

Dentre as manifestações destacam-se os conflitos fundiários no campo, expressos pelo protagonismo do MST nas ocupações das terras improdutivas, nos protestos denunciando a reintegração de posse em favor dos latifundiários e aquelas reivindicando agilidade nos processos de desapropriação e do crédito agrícola e para moradia. Desde a primeira ocupação do MST em Campos, em 1997, nas terras da falida Usina São João, foram inúmeras as ocupações e manifestações durante toda a primeira década do séc. XXI tanto em municípios da RNF (Campos, Conceição de Macabu e São Francisco do Itabapoana) quanto da RNOF (Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna). Aliás, cabe ressaltar que os únicos conflitos publicizados pelo JFM na RNOF foram exatamente aqueles relativos à ocupação do MST e, Itaperuna e em Bom Jesus do Itabapoana logo no início deste século.

Conflitos relativos à ocupação das terras improdutivas na RNF também foram matéria do JFM no início dos anos 2000, destacando as ocupações em Conceição de Macabu e São Francisco do Itabapoana, além de Campos. Além das ações do MST, vale registrar as manifestações dos pequenos produtores rurais do 5º Distrito de São João da Barra, contra a desapropriação de suas áreas pela CODIN/RJ, para o megaprojeto do complexo portuário do Açú<sup>10</sup>. Essas manifestações foram registradas, pela primeira vez, em maio de 2009 e seguem até os dias de hoje.

O Complexo Portuário Industrial do Açú - CIPA é um empreendimento da PRUMO Logística, que, por sua vez, pertence ao Fundo de Investimento americano EIG. É um megaporto que opera com exportação de minério de ferro, oriundo do estado de Minas Gerais, e como apoio às atividades *off shore* de produção da Bacia de Campos. Seu Complexo Industrial consiste num Distrito Industrial e numa retroárea. No total, abarca uma área equivalente a um terço do município de S. João da Barra, o que já indica a reorganização do espaço local e os conflitos em torno da

---

<sup>10</sup>Os produtores protestam contra os decretos do governo estadual que declaram suas terras de utilidade pública, liberando-as para desapropriação em favor da CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro). Segundo o movimento, mais de 200 famílias serão expropriadas de suas terras. Ver: BARCELOS, E. (Org.). *O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos*. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro/MinasGerais.2014.Disponívelem <https://drive.google.com/file/d/0B1TWm6pWlzfRaHpZemhoNXNIM0E/edit>.

sua implementação. Incensado pelas mídias e pelos diferentes grupos políticos locais, com raríssimas exceções, o Porto do Açú alcançou uma hegemonia em torno da sua relevância para a Região, sobretudo no que se refere à criação de empregos e à dinamização da economia regional. Salvo para alguns intelectuais mais críticos e grupos políticos de esquerda, o Porto do Açú foi apresentado como a última redenção da região, sobretudo em contexto de decadência da monocultura da cana e de frustrações com relação aos investimentos em energia renovável na região. Dentre os principais impactos negativos que já se manifestaram, destacam-se:

i) o deslocamento forçado e violento de centenas de famílias de pequenos produtores e assentados para implantação do Distrito Industrial; ii) a destruição de lagoas e áreas de restinga destinadas à preservação e proteção; salinização do lençol freático pelo depósito de sedimentos do fundo do mar em terra firme, inviabilizando atividades agropecuárias; iii) a inviabilização da pesca, pelo perímetro de operação do porto; iv) a configuração de um enclave, pelo fato de que os portos, contemporaneamente, não interagem positivamente com a cidade e com o seu entorno; v) uma elevada capacidade de mobilização de recursos locais para atividades subsidiárias de baixa tecnologia e de baixo rendimento (CRUZ, ALMEIDA, TERRA, 2016,p.13).

Cabe registro dos protestos e mobilizações dos pescadores em virtude das restrições impostas à atividade da pesca artesanal e, também, dos trabalhadores da construção civil do Consórcio ARG – Civil Port, responsável pelas obras do Porto do Açú, por reajuste salarial e outras reivindicações como mudanças na escala de trabalho e pagamento da participação nos lucros da Empresa, dentre outros direitos negligenciados pelo Consórcio e, mais recentemente, dos trabalhadores da ENGESIQUE reivindicando o pagamento dos salários atrasados, melhores condições de trabalho, segurança, alimentação e uniformes. Embora não sejam mobilizações dos trabalhadores rurais das antigas usinas, as reivindicações são muito semelhantes, expondo os conflitos relativos ao processo de expropriação dos direitos trabalhistas em curso desde os anos de 1990 e intensificados no pós-golpe político-jurídico-midiático de 2016 com a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista. Como se pode observar, a expropriação não está ligada ao atraso, muito pelo contrário, ela é a mola propulsora do novo modelo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2013).

No que se refere à presença dos GIs<sup>11</sup> na região, esta data do final dos anos de 1970 com a implantação do Complexo E&P na Bacia de Campos, embora as sequelas sejam percebidas nas décadas posteriores, sobretudo com o crescimento populacional de Macaé<sup>12</sup>. Conhecido pelas suas repercussões positivas no que se refere à geração de emprego e de renda, em especial, das rendas petrolíferas e participações especiais, o E&P é responsável, também, por um conjunto de impactos altamente desestruturantes no que diz respeito às atividades econômicas, ao ambiente, à infraestrutura urbana, ao acesso à direitos e à sociabilidade urbana. Segundo Cruz, Almeida e Terra (2016), dentre os mais importantes destacam-se:

a concentração espacial das empresas em um só município, promovendo uma fragorosa implosão urbana, em um curtíssimo período de tempo, agravando problemas de infraestrutura, moradia, mobilidade e segurança para a população trabalhadora, apresentando sérios problemas de pobreza e desigualdade social; ii) a configuração de um enclave econômico, na medida em que não se implantaram atividades industriais *upstream* e *downstream*, ou, a montante e ajusante das atividades locais de E&P; iii) a geração de municípios petrolíferos, ou seja, recebedores de ricas rendas petrolíferas, sem que houvesse crescimento, integração ou diversificação das atividades produtivas; iv) monopólio exercido sobre os recursos existentes e os novos recursos pelas atividades da indústria extrativa regional de petróleo, no que se poderia classificar como uma nova forma de monocultura; v) os impactos ambientais com elevados prejuízos para atividades econômicas regionais de elevada importância social, como a pesca artesanal, com a restrição das áreas de pesca, a ampliação do perímetro a ela proibido e os prejuízos aos barcos pesqueiros pelos tubos (p.12).

Não é por acaso que os registros de conflitos em Macaé sejam, em sua maioria, mobilizações de moradores do centro e das periferias contra a violência e a insegurança. A violência urbana passa a ocupar as notícias do JFM a partir do ano de 2000 e seguem até hoje, expondo as mazelas de uma cidade socioespacial e racialmente segregada. São diversos os registros de manifestações e protestos dos estudantes contra assaltos e estupros, e dos moradores de áreas de conflito, como Nova Holanda e Lagamar, denunciando a insegurança e o crescimento dos

---

<sup>11</sup>Os Grandes Investimentos, doravante tratados aqui sob a sigla GI, são investimentos públicos e privados de grande porte, em termos de capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos, no segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural e construído.

<sup>12</sup>Cabe registrar que, embora Campos seja o município mais populoso da RNF, ele cresceu pouco desde o período de implantação do Complexo de Petróleo e Gás na Bacia de Campos, na década de 1970. Segundo as pesquisas, Macaé foi o município mais impactado pelo setor de petróleo considerando a instalação da sede da Petrobras e das grandes petrolíferas, dentre outras Empresas, no território macaense. Nas últimas três décadas (1970 – 2009), a população de Macaé saltou de 47.221 para 194.403 (Ver. TERRA, D., RESSIGUIER, J H. Mudanças no Espaço Urbano de Macaé: 1970-2010. In: *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé*, p.149-168.

homicídios por conta dos conflitos entre facções distintas do tráfico de drogas, a partir do ano de 2007, uma expressão da “questão social” em âmbito nacional, mas com muita expressão na região do petróleo.

O Mapa da Violência de 2015, que trabalha com a média dos anos de 2012, 2013 e 2014, aponta um crescimento vertiginoso dos homicídios por arma de fogo na Região do Petróleo, apresentando os municípios de Campos, Conceição de Macabu, Macaé e Rio das Ostras entre os 15 municípios mais violentos do estado do Rio de Janeiro. Como se não bastasse, São João da Barra aparece logo depois, como o 16º município mais violento do Estado, com uma taxa de homicídio por arma de fogo de 30,5/100mil.

Se, no caso do Brasil, essa violência teve fortes relações com o nosso modelo de desenvolvimento agrário exportador, sustentado, durante mais de três séculos, pela escravidão e, mais tarde, por uma força de trabalho completamente espoliada, integrada de modo precário e subalterno a um mercado de trabalho orientado por um capitalismo extrativista, voltado para o mercado externo, extremamente nocivo socioambientalmente e que não produz senão concentração de renda e um imenso exército de desempregáveis, cabe uma problematização quanto aos GIs regionais e sobre os conflitos trazidos por eles, na medida em que reproduzem economias “de enclave”, altamente concentradoras de terra e de renda e degradantes do ponto de vista do ambiente e das práticas tradicionais e das economias populares e solidárias, portanto, produtoras de sociabilidades violentas e de barbárie (MENEGAT, 2000).

A mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), comandada pelo capital financeiro, é acompanhada de inúmeras mudanças no mundo do trabalho com a introdução do toyotismo (ANTUNES, ALVES) já impactado desde o início dos anos 90, mas, também, no campo da proteção social pública, uma das principais vítimas desta mundialização neoliberal, numa clara demonstração de que a destruição da ideia de público e de direitos são os alvos contemporâneos do modelo de acumulação por despossessão (HARVEY, 2013). Não podem ser desprezados, no entanto, os conflitos desencadeados por tais processos e os movimentos protagonizados pelas classes subalternas no campo e na cidade. Ainda que muitos desses movimentos sejam considerados espontâneos e episódicos, eles traduzem a

dinâmica excludente e elitista deste modelo de desenvolvimento. Ainda, segundo o autor, a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação, já que a mesma permite a liberação de um conjunto de ativos, incluindo o barateamento da força de trabalho para que o “excedente de capital possa apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (2013, p.124). Neste modelo de acumulação por espoliação, o sistema de crédito e o capital financeiro desempenham um papel relevante, comandando o processo de valorização sustentado na superexploração da força de trabalho<sup>13</sup> e na transferência direta de grandes parcelas da produção para a esfera da especulação.

Ao lado da mercantilização da natureza e dos recursos naturais (e sua destruição), avança também o processo de mercantilização dos direitos, com a progressiva privatização dos serviços públicos em áreas até então consideradas como “direitos do cidadão”. Essa espoliação dos direitos vem desconstruindo o que se conheceu como *Welfare State* (no caso dos países de capitalismo centrais) e, também, os frágeis e deficientes sistemas de proteção social construídos na periferia do capitalismo durante o período desenvolvimentista, como é o caso do Brasil, ameaçados pelos interesses do capital especulativo e sua voracidade em conquistar novas fronteiras. Além do mais, os Estados nacionais, cada vez mais transnacionalizados, operam, atualmente, em um regime permanente de “exceção” (AGAMBEN, 2004), ao arrepio da legislação para garantir as melhores condições de reprodução para o capital. Isto explicaria, em grande parte, a situação de “exceção”, pela qual o Estado, por ação e/ou omissão, se torna cúmplice de processos de deslocamentos forçados de assentamentos urbanos, rurais e florestais consolidados – favelas e bairros pobres, áreas de pesca, de produção camponesa e familiar, aldeias indígenas – e de apropriação privada de espaços públicos, provocando danos permanentes e irreparáveis. Segundo Acselrad (2010), o processo de ambientalização dos conflitos nasce da expansão crescente das fronteiras das atividades de mineração, da soja, da cana, do boi, das hidrelétricas, do petróleo e portos, promovido incessantemente pelo capital transnacional em parceria com o Estado, característica do neodesenvolvimentismo recente dos governos do PT. São inúmeros os movimentos pela “justiça ambiental” já que os maiores impactados são

---

<sup>13</sup>O termo superexploração é entendido como a combinação do processo tradicional de exploração da força de trabalho com a crescente e atual espoliação dos direitos representado pelo projeto do neoliberalismo.

justamente as famílias de pequenos agricultores, assentados, quilombolas e indígenas no campo e as frações mais vulneráveis de trabalhadores urbanos residentes nas periferias.

Os conflitos em São João da Barra, em Macaé e em Campos, envolvendo pescadores, assentados e pequenos agricultores expressam a disputa pelo uso da terra e em torno do Estado (dentro e fora desta Instituição), em especial, pelos recursos públicos e pelo poder de (des) regulação pública do mercado, intensificada nas primeiras décadas deste século com a expansão das fronteiras do agronegócio e com os incentivos públicos à exportação de *commodities* agrícolas e minerais levados a cabo pelas negociações e pressões da bancada ruralista, representante política de grandes fundos de investimentos.

Não obstante à ação sociopolítica do MST e da FETAG<sup>14</sup> na região, com suas ocupações e assentamentos de reforma agrária, e de alguns outros grupos populares no campo da economia popular e solidária (ainda sem muita relevância regional), os municípios da RNF se encontram completamente reféns das rendas do Complexo E&P e das expectativas com o Porto do Açú. Este último, aliás, representou o principal vetor da especulação imobiliária mais recente, responsável por um violento processo de remoções e deslocamentos forçados de população, no campo, como é o caso do 5º Distrito de São João da Barra, e na cidade, como vem ocorrendo, desde 2009, na cidade de Campos, pelo “Morar Feliz”, nome fantasia do projeto de habitação popular dos Governos Rosinha Garotinho (2009-2016) em nome do “risco social e pessoal” e/ou “ambiental” (ACSELRAD, 2010).

Ainda no que se refere ao município de Campos, a primeira década do século XXI, segundo a pesquisa hemerográfica, será marcada pelas greves e paralisações sindicais de diversas categoriais profissionais, com destaque para os funcionários públicos (municipais, estaduais e federais) e, dentre eles, dos servidores da educação contra o desmonte da Política Pública de Educação nos três níveis de governo. Cabe salientar, no entanto, a particularidade da luta dos docentes, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação da UENF contra os governos estaduais de Garotinho (1998-2002), Rosinha (2002-2006) e Cabral (2006-2010). Com uma

---

<sup>14</sup>Segundo ALENTEJANO, entre os anos de 1986 e 2008, foram 27 ocupações nas terras de Usinas no NF. Vinte delas foram realizadas pelo MST (Movimento dos Sem Terra) e sete, pela FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Rio de Janeiro), e 64,3% delas ocorreram nas terras de Usinas de Campos (*Apud* BARCELOS, E. *Estudo de Caso – A luta pela terra/território no Norte do Estado do Rio de Janeiro: a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária*, 2015).

pauta inicial por autonomia e contra a intervenção da FENORTE (Fundação controlada pelo governo do estado), a Comunidade Acadêmica da UENF vai passar uma década nas ruas protestando, também, por reposição salarial, contra o atraso no pagamento dos salários, por melhores condições de trabalho e dos laboratórios, contra a demissão de professores e prestadores, por bandeirão, por segurança e, mais recentemente, contra o atraso das bolsas de IC e de pós-graduação e contra a degradação da situação da Universidade e seus servidores, assim como da Política de Assistência Estudantil.

Assim como a UENF, o SEPE (Sindicato dos Profissionais da Educação), também esteve nas ruas e praças, em marchas e passeatas, contra o descaso dos governos estaduais com a Educação Pública. Foram dezenas de manifestações, durante toda uma década, articulando docentes, técnicos e alunos das escolas públicas de primeiro e segundo graus e, também, das escolas técnicas, contra a falta de investimento e de recursos humanos e infraestrutura adequados.

Ainda referente à luta sindical, merece destaque o protagonismo dos petroleiros, bancários e rodoviários. Enquanto os petroleiros denunciam a precarização do trabalho nas plataformas, o processo de terceirização, os acidentes e a insegurança no trabalho, em especial na Bacia de Campos, os bancários protestam contra a falta de reajuste e de pessoal, denunciando a rentabilidade do setor em detrimento do atendimento e das condições de trabalho. Já os rodoviários reivindicam a equiparação salarial com o município do Rio de Janeiro e denunciam os atrasos no pagamento, fato que vai se repetir até os dias atuais. Com menor frequência aparecem os trabalhadores da construção civil, os vigilantes, garis e caminhoneiros. Dentre as suas reivindicações, destacam-se as paralisações, as greves por reposição salarial da inflação e a reivindicação por equiparação salarial com o município do Rio de Janeiro.

Cabe destaque quanto ao funcionalismo municipal, as inúmeras manifestações dos servidores, representados pelo sindicato, em especial os da educação e da saúde. Mas chama atenção a mobilização dos contratados ou terceirizados. Vigilantes, motoristas, trabalhadores da saúde, da educação, da assistência social, da Câmara, guardas municipais, trabalhadores da antiga Fundação Nacional de Saúde, CCZ e de Programas como o Programa Saúde da Família protestaram durante vários anos contra o atraso no pagamento dos salários

e contra o pagamento dos direitos quando demitidos. Essa disputa entre terceirizados e concursados foi motivo de vários litígios envolvendo o judiciário e ocasionando, muitas vezes, a demissão destes terceirizados e sua substituição por concursados, demonstrando a vulnerabilidade destes trabalhadores e, ao mesmo tempo, o sucateamento do público e sua colonização pelo clientelismo político.

Além dos estudantes universitários, os estudantes secundaristas, representados pela FEC (Federação dos Estudantes de Campos) e pela UJS (União da Juventude Socialista), também se manifestaram contra a degradação do ensino público e por mais recursos para as escolas e Universidades. Além dessas, houve diversas manifestações de estudantes denunciando as Empresas locais que impediam a sua entrada nos ônibus e muitas mobilizações dos estudantes universitários do “interior”, dos Distritos, contra a falta de transporte público para que eles pudessem estudar na sede do município, o que intensificou a luta pelo passe livre e colocou o transporte público e gratuito na agenda dos estudantes de Campos durante toda a década.

Outro sujeito coletivo que volta à cena pública cobrando seus direitos, particularmente, os direitos trabalhistas expropriados pelas Usinas em seu processo de falência, já apresentado neste artigo, são os trabalhadores rurais e os trabalhadores da Indústria sucroalcooleira, em especial, das últimas Usinas em funcionamento entre os anos de 2000 - 2010: São João, Santa Cruz, Sapucaia, Cupim e Barcelos, do Grupo *Othon* e Paraíso. Além dos salários atrasados, alguns há quatro meses, os trabalhadores reivindicavam seus direitos trabalhistas, INSS e FGTS, além de denunciarem a prática do trabalho em situação análoga à escravidão em algumas dessas Usinas, como foi o caso denunciado pelo Comitê local contra o trabalho escravo na Usina Santa Cruz, em 2002 e na Usina Cupim, em 2010.

Entre os trabalhadores urbanos “informais”, merece destaque a luta dos perueiros (motoristas de van) pela regularização do transporte alternativo, desde 2001; a luta dos camelôs pelo espaço e condições adequadas para a comercialização dos seus produtos. Em 2008, eles protestaram contra o corte da energia elétrica no camelódromo e, em 2009, contra as péssimas condições das novas instalações com o início das obras no camelódromo. Também vão ocupar o espaço público os catadores de recicláveis do lixão local, após o seu fechamento,



em 2012, onde trabalhavam mais de 400 catadores. Eles reivindicam uma ação assistencial imediata, além de uma nova alternativa de trabalho.

As demais manifestações referem-se aos protestos dos trabalhadores e trabalhadoras na condição de moradores de comunidades urbanas e rurais, pelos direitos sociais fundamentais como atendimento médico, professores e condições das escolas, contra a exoneração de professores eleitos, por transporte público de qualidade e nos horários de interesse da população, contra o alto preço das passagens, em especial, pelas trabalhadoras domésticas que residem nos distritos, que alegam não estar conseguindo manter seus empregos na sede do município, por segurança nas vias públicas e contra os atropelamentos, sobretudo nas comunidades localizadas à margem das rodovias, por iluminação pública, calçamento, saneamento, coleta de lixo, dentre outros. Mais recentemente, com a construção dos condomínios populares do Morar Feliz, foram muitas as manifestações contra o atraso das obras, os critérios de seleção das famílias beneficiárias, o número reduzido de moradias e, também, contra o aumento nas contas de energia elétrica após a transferência para as casas, no caso do condomínio da Tapera 1. Outra situação que mobilizou os moradores de Três Vendas e Ururaí, refere-se às constantes cheias dos rios Muriaé e Ururaí, respectivamente, provocando perdas em geral para os moradores e, conseqüentemente, seu deslocamento para abrigos e, posteriormente, remoções.

Sobre as manifestações por reconhecimento cultural, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, elas aparecem em menor número, o que pode indicar que estes movimentos se organizem de outras formas e/ou priorizem outros espaços e manifestações ou o preconceito do JFM com relação a estas ações coletivas. Todavia, a pesquisa indica que foram realizadas algumas manifestações contra o racismo e, também, contra a intolerância religiosa protagonizadas pelo Movimento Negro Unificado, por coletivos como o Mercedes Batista da UFF, o José do Patrocínio da UENF, o Black Mamba, o grupo Basquete de Rua e o Grupo de Trabalho de Promoção da Igualdade Racial de Campos dos Goytacazes (GTPIR)<sup>15</sup> e o FRAB, (Fórum Municipal de Religiões Afro-brasileiras) de Campos.

---

<sup>15</sup> O Grupo de Trabalho de Promoção da Igualdade Racial de Campos dos Goytacazes (GTPIR) atua desde 2013 até 2017 – período de inoperância do Conselho Municipal de Igualdade Racial (CMPIR). O objetivo é denunciar as práticas racistas, violentas ou brandas existentes. Participam

No que se refere ao Movimento LGBT, além das paradas do orgulho LGBT, no centro e em Guarus, houve manifestação deste em frente à Câmara Municipal denunciando o Governo de Garotinho de homofóbico. Ainda relativo à pauta de gênero, vale registrar os atos públicos promovidos por técnicos e gestores dos programas públicos de atendimento à mulher, de coletivos feministas da UFF e do IFF e de núcleos de pesquisa da UENF e do Conselho Municipal da Mulher, dentre outros, em repúdio à violência praticada contra as mulheres e pela implantação da Delegacia Especial de Atendimentos à Mulher (DEAM) em Campos, uma reivindicação que pautou as manifestações nos anos de 2004, 2005 e 2006. O município também contou com a “Marcha da Vadia”, no ano de 2012, uma manifestação de âmbito mundial contra todas as formas de machismo, sexismo e contra a violência física e simbólica praticada cotidianamente contra as mulheres e expressa nos altos índices de estupros e no feminicídio.

Por último, a pesquisa traz inúmeras manifestações dos moradores da cidade e do campo, de comunidades periféricas e de bairros localizados à margem das rodovias (BR-101, sentido norte e sul, e BR 356) por direitos civis e sociais. São protestos contra a insegurança no trânsito em função dos atropelamentos de crianças e idosos, contra a falta de energia e de água potável, por saneamento e pavimentação das ruas e estradas, por atendimento médico, por transporte de qualidade, contra o preço das passagens, contra a precariedade dos ônibus, das escolas, do atendimento nos postos de saúde ou contra o fechamento de uma unidade de saúde mental. Mais recentemente, se somaram a estes as mobilizações coletivas cobrando a entrega das moradias do Morar Feliz e, também, aquelas denunciando as altas contas de energia elétrica no condomínio do também Morar Feliz. Em 2017, intensificaram-se os protestos contra a falta de ônibus nos distritos de Campos. Mas há também aqueles contra a exoneração de diretoras de escolas públicas e de gestores de postos de saúde, denunciando o forte clientelismo ainda presente na gestão pública. Os protestos populares espontâneos, em sua maioria, paralisaram as estradas com pneus e galhos queimados motivados apenas pelo sentimento de injustiça e de indignação com relação ao poder público. Suas reivindicações pontuais e imediatas lembram os movimentos urbanos dos anos de

---

movimentos negros de expressão e impacto de Campos dos Goytacazes/RJ, das mais variadas vertentes dentro da forma de organização da população preta: mulheres, juventude, quilombolas, terreiro, saúde, dentre outros.

1970,1980, restritas ao bairro, quando o País ainda se encontrava sob a ditadura civil-militar de 1964. Mas, como afirma Ana Clara Ribeiro (2009), a pesquisa urbana não pode se deixar conduzir apenas pelos movimentos sociais mais visíveis; além destes, é preciso valorizar cada gesto em que seja possível reconhecer a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos contra a exclusão social, a opressão e o anonimato. As estratégias e as táticas do “outro” formam uma cartografia muito diferente daquela desenhada pela ação esperada nos espaços públicos da modernidade. Mescla a ação espontânea à ação organizada, expressando racionalidades alternativas.

### ***Algumas considerações***

Considerando a intenção deste artigo, faz-se necessário destacar dois movimentos/processos na Região de Campos dos Goytacazes, ratificados pela pesquisa e merecedores de um aprofundamento teórico-analítico. O primeiro é herdeiro dos anos de 1990, que combinou aspectos da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira da RNF, caracterizada pelos altos índices de desemprego e pelo crescente processo de precarização e superexploração do trabalho, elementos históricos do mercado de trabalho local e regional. Além disso, compõe o contexto da década de 1990 a agenda neoliberal imposta pelo Consenso de Washington em torno da política de austeridade fiscal e de valorização da moeda, e todas as suas sequelas e repercussões, em especial, as privatizações e os cortes no Orçamento das Políticas Sociais e o início do desmonte da proteção social e dos direitos trabalhistas e sociais conquistados na Constituição de 1988. O segundo movimento aprofunda o primeiro, redimensionando-o espacialmente e intensificando o processo de desqualificação e de criminalização das resistências. Como nos aponta Harvey (2013), o processo de acumulação por despossessão tem suas raízes nas diferentes formas de expropriação, no campo e na cidade, com vistas à ampliação do processo de reprodução e da rentabilidade do capitalismo, sob hegemonia dos rentistas. Ele não atinge apenas a universalização dos direitos, mas a própria noção de Direito, enquanto relação distinta daquela assentada no lucro e, portanto, da mercantilização das relações sociais. Este movimento, que avança a passos largos no Brasil, encontra amparo em um Estado cada vez mais apropriado pelos interesses dos fundos de investimentos, empresas transnacionais e setores do agronegócio, e sua estratégia passa pela destituição do outro e da alteridade como

regulação social. Avança o “estado de exceção” e os processos que o acompanham, como a desqualificação das resistências, a criminalização dos movimentos sociais, o encarceramento dos pobres e a militarização dos conflitos experimentada em várias regiões do País e, mais recentemente, na cidade do Rio de Janeiro.

As resistências contemporâneas têm significado muito mais do que a denúncia dos carecimentos; elas constituem o modo pelo qual os subalternos denunciam os limites estruturais da ordem do capital e a sua legitimidade ancorada em um sistema de justiça completamente colonizado pelos interesses hegemônicos. Elas trazem consigo novas referências de normatividade com novas significações e princípios de regulação da esfera pública a partir da perspectiva dos subalternos, colocando em dúvida as referências construídas à sua revelia. Daí a necessidade de se dar visibilidade aos sujeitos coletivos, os organizados, mas também àqueles que expressam outras lógicas e se organizam a partir de outras referências, estranhas aos movimentos tradicionais, mas que também traduzem as múltiplas expressões da “questão social” e da privatização/restrição do Estado enquanto arena pública.

#### **Referências:**

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Érica T. Vieira. O Protagonismo do MST em Campos – Uma Alternativa à Reprodução Social dos Assalariados da Cana. **Revista Vértices**, ano 3, n. 1, mar. 2000, p. 27-32.

\_\_\_\_\_. A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de segregação socioespacial. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, PR, v. 6, n. 2, p. 215-233, maio - ago. 2017.

ANTUNES, R., ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio - ago. 2004.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **Estudo de Caso – A luta pela terra/território no Norte do Estado do Rio de Janeiro**: a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária. 2015.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. In: PIQUET, Rosélia (org). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

BRASIL. **PNRS -Política Nacional de Resíduo Sólidos**. Diário Oficial, Poder Executivo, Brasília/DF, 2010.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, J. L. V.; ALMEIDA, E.; TERRA, D. (Des) integração periférica e espaços regionais globalizados. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RII: CRISIS MUNDIAL Y FINANCIARIZACIÓN: IMPACTOS URBANOS Y TERRITORIALES, 14., 2016, Monterrey, México. **Anais...**

\_\_\_\_\_. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos dos Goytacazes/RJ. In: PIQUET, Rosélia (org). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

\_\_\_\_\_. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. 2003. 340 f. Tese (Doutorado)- IPPUR/UFRJ, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

MENEGAT, M. A crise da modernidade e a barbárie. In: **PHISIS**, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 197-216, 2000.

MOTA, Ana Elizabete. Sobre as expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO. De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). 2017, Niterói, RJ. Niterói: NIEP-MARX, 2017, v.1, p. 01-12.

NEVES, Delma. Mudança tecnológica e emprego. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

PIQUET, R. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Org.). **Petróleo e Região no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.15-33.

RIBEIRO, Ana Clara T. Cartografia da ação social: região latino-americana e o novo desenvolvimento urbano. In: Poggiese, H; EGLER, T (Org.). **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: Clacso, p.147-156. 2009.